

Agroecologia:

Condição para a segurança alimentar

Nestes tempos em que a mídia e o governo brasileiro (em parte) não fazem outra coisa senão entronizar o chamado “agronegócio”, a afirmação do título deste artigo não é auto-evidente. A concepção dominante aponta para as “vantagens” de uma agricultura identificada como moderna, caracterizada por grandes extensões de monoculturas que fazem uso de um maquinário gigantesco, empregando sementes cientificamente melhoradas e grandes quantidades de adubos químicos e agrotóxicos. A agricultura em pequena escala, familiar, é entendida como uma excrescência do passado a ser mantida por programas sociais enquanto não surgem alternativas de emprego nas cidades. O modelo dos Estados Unidos, onde apenas 5% da força de trabalho está inserida na agricultura, é visto como ideal. Para reproduzi-lo só nos faltaria que o desenvolvimento do Brasil permitisse absorver a mão-de-obra excedente em outras atividades econômicas. Não se considera, sequer como hipótese, o fato de que não existem outras alternativas de emprego para os milhões de brasileiros que vivem na agricultura familiar ou lutam por acesso à terra. Enquanto o mercado não cumpre seu papel de ajustar oferta e demanda de trabalho, o tratamento da questão da segurança alimentar, apesar de compor o discurso governamental politicamente correto, fica centrado na distribuição subsidiada de alimentos aos pobres.

A eficiência desse modelo é questionada por alguns especialistas, por ONGs e pelos movimentos sociais do campo, vistos cada vez mais pelos setores dominantes no governo como um anacronismo a ser contido para não criar problemas políticos e sociais. As questões relacionadas à dimensão ambiental do agronegócio só são debatidas quando o assunto em pauta são os “entraves” que os ambientalistas colocam para o “pleno desenvolvimento da agricultura”. Frente às necessidades de produzir e exportar cada vez mais em curto prazo, o tema da sustentabilidade é jogado para debaixo do tapete.

Este artigo pretende revelar a falácia dessa “sabedoria oficial” e mostrar que, ao contrário do que se afirma, essa forma de agricultura não garante a segurança alimentar e coloca em risco a sustentabilidade, não apenas da própria atividade, mas da sociedade brasileira como um todo. Por outro lado, evidencia como a agroecologia permite responder estruturalmente aos graves problemas de abastecimento alimentar, assim como aos problemas econômicos, sociais e ambientais que vêm se intensificando com o avanço do agronegócio.

1 – A fome no Brasil e no mundo não deriva de insuficiência na produção agrícola

Quando a FAO (Food and Agriculture Organization) realizou a Conferência Mundial de Segurança Alimentar, em 1996, o número de famintos no mundo era de 840 milhões. Desde então, apesar das muitas declarações de intenção dos organismos da ONU e de muitos governos nacionais para rever esse quadro, houve uma redução de apenas nove milhões. No Brasil, no começo da década de 90, a pesquisadora Sônia Rocha, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), avaliou o número de famintos em 18 milhões. Em 2000, o número havia caído para 13,6 milhões, mas o dos sujeitos a insuficiências nutricionais alcançava outros 40,6 milhões.

Pelos dados da própria FAO, há alimento suficiente para que cada pessoa do planeta consuma todos os dias uma dieta diversificada e nutritiva composta por 1.134 quilos de cereais, feijões e nozes (ou castanhas, ou avelãs etc); 454 gramas de frutas e verduras e 400 gramas de carnes, leite e ovos (Lappé e outros, 1998). Em outras palavras, a situação no mundo de hoje é de abundância e não de carência de oferta de alimentos.

No Brasil, se o volume consumido pela população como um todo fosse repartido de forma igualitária, a ingestão diária por pessoa, incluindo todos os tipos de alimento, seria de pouco mais de 900 gramas (IBGE, 2003). O consumo de menos de um quilo por dia pode estar no limite da suficiência, em uma dieta bem equilibrada, para um trabalhador intelectual bastante espartano, mas dificilmente cobrirá as necessidades de calorias e proteínas de um trabalhador braçal ou um de adolescente em idade de crescimento.

Conclui-se, portanto, que a distribuição desigual de alimentos no mundo é o fator que gera as situações de fome e de insuficiência nutricional. Já no Brasil, ao mesmo problema distributivo associa-se uma oferta total insuficiente para o atendimento da demanda da população.

Frente à abundância da produção agrícola brasileira esses números mais que modestos do consumo de alimentos no país podem parecer um contra-senso. Esse paradoxo só se explica pelo peso da produção agropecuária que não é dirigida à provisão alimentar de nossa população. Com efeito, o Brasil está entre os três maiores produtores mundiais de soja, milho, cacau, café, laranja, cana-de-açúcar, mandioca, banana, castanha de caju, pimenta, carne de frango e mamona, e entre os 10 maiores produtores mundiais de fumo, carne suína, juta, algodão, ovos, mel, amendoim, arroz e leite. Note-se que nove desses 21 produtos não são alimentares; que alguns são destinados também para a fabricação de rações para animais; que uns e outros são fortemente voltados para as exportações; e que outros não têm grande expressão em nossa alimentação cotidiana. No entanto, não é difícil entendermos a composição dessa lista. Frente ao baixo poder aquisitivo de grande parcela da população brasileira, a produção de alimentos para o consumo no próprio país é desestimulada pela limitada demanda real, o que reduz os preços pagos por esse tipo de produto. Diante desse contexto econômico, o setor agrícola é levado a se orientar para os mercados externos e para atender a população de mais altos ingressos.

Há, portanto, um déficit de produção alimentar no Brasil. Esse fato tornou-se explícito, recentemente, com a criação do Programa Nacional de Segurança Familiar - Pronaf Segurança Alimentar, uma política governamental de estímulo à produção de alimentos básicos como feijão, milho, trigo, mandioca e leite. No entendimento de seus formuladores o governo seria incapaz de garantir o acesso aos alimentos básicos pelo público credenciado no Programa Fome Zero, sem que a produção alimentar no país fosse incrementada.

Assim, as raízes da fome e da desnutrição no Brasil associam-se a duas dimensões interdependentes de uma mesma crise de nosso modelo de desenvolvimento: baixo poder aquisitivo da população e insuficiência de produção de alimentos para o consumo interno.

2 – Como elevar a renda dos brasileiros de forma a compensar investimentos necessários para aumentar a oferta de alimentos?

A modernização tecnológica nos setores industrial, da construção civil e de serviços, tanto no Brasil quanto no mundo, aponta para uma constante retração no uso de mão-de-obra, gerando um quadro de desemprego estrutural. É claro que um aumento significativo dos índices de desenvolvimento da economia nacional permitiria absorver parte desse excedente, assim como a melhoria dos níveis de educação também poderia ter o mesmo efeito. No entanto, a possibilidade de se alcançar o pleno emprego com boa remuneração nos marcos do modelo global de desenvolvimento urbano-industrial é nula.

Os custos de geração de empregos nos setores industriais de ponta (química fina, informática, eletro-eletrônico etc.) chegam à casa de centenas de milhares de reais por vaga criada. Em setores menos exigentes em qualificação da mão-de-obra, como a construção civil, esse custo alcança a casa de dezenas de milhares de reais. Mesmo supondo uma taxa de investimentos da ordem de 30% do PIB, muito acima da atual, a capacidade de abertura de postos de trabalho seria bastante inferior às atuais necessidades de absorção da mão-de-obra ociosa (10 milhões de novos empregos segundo o governo Lula).

É nesse sentido que a reforma agrária apresenta-se hoje como a opção de menor custo para a geração de emprego no país. Assentar uma família custa, em média, 25 mil reais e cria, também em média, entre três e quatro postos de trabalho. Em outras palavras, se tivéssemos no país 10 milhões de propriedades agrícolas familiares, ao invés das atuais 4,5 milhões, teríamos de 30 a 40 milhões de pessoas empregadas nesse setor da economia. Além disso, a renda gerada por esse segmento ampliaria em muito a procura por serviços e bens, incrementando, portanto, a demanda por empregos em outros setores. Uma agroindustrialização descentralizada aumentaria ainda mais o número de empregos nas zonas rurais, facilitando a dispersão da população e aliviando a pressão sobre as zonas urbanas.

Essa solução do problema de emprego e renda via reforma agrária beneficiaria em primeiro lugar os que hoje mais sofrem com os problemas de fome e de insuficiência alimentar: os pobres do campo. Na ausência de uma política que promova uma agricultura familiar numerosa, dinâmica e próspera, a pobreza do campo continuará sendo transferida para as cidades, já mais do que incapazes de responder à crescente exclusão social. Um país com esse perfil de cidades superinchadas com população miserável será inviável tanto do ponto de vista social, quanto econômico e ambiental.

3 – Como aumentar a oferta de alimentos a custos acessíveis para a população brasileira?

O modelo de desenvolvimento agrícola adotado no Brasil inspirou-se na chamada Revolução Verde, promovida nos anos 70 pelos centros internacionais de pesquisa e subsidiada por organismos multilaterais, como o Banco Mundial, e por governos nacionais.

Esse modelo baseou-se no emprego de variedades melhoradas por empresas e centros de pesquisa

governamentais. No entanto, para expressarem seus potenciais produtivos, essas variedades dependem da aplicação intensiva de adubos químicos. Como a utilização otimizada desses insumos se dá através do plantio adensado, as monoculturas foram favorecidas. Essa combinação de adubos químicos e monoculturas fez com que os cultivos ficassem mais suscetíveis ao ataque de pragas e doenças, tornando-se necessário o uso de agrotóxicos. As monoculturas também favoreceram a mecanização das operações de manejo agrícola, o que resultou na dispensa em massa dos trabalhadores rurais. Esse pacote tecnológico fez a agricultura mais exigente em capital, elevando os custos de produção. Para agricultores empresariais, esse aumento é compensado pela grande escala de produção. Já para a agricultura familiar, que produz em pequena escala, a elevação de custos torna seus sistemas economicamente inviáveis.

Para reverter esse quadro seria necessário, portanto, economizar no uso desses insumos e equipamentos, sem perder de vista a necessidade de garantir bons rendimentos por hectare. Por outro lado (e não vamos nos aprofundar neste ponto) esse modelo agroquímico e motomecanizado é gerador de graves efeitos ambientais que não são contabilizados nos custos de produção e, além disso, não garante a sustentabilidade a longo prazo, já que as reservas mundiais de recursos naturais não-renováveis empregados para a reprodução técnica desse sistema (fosfato, potássio, petróleo) estarão esgotadas na prática em no máximo 30 anos.

Nos últimos vinte anos, um novo paradigma científico-tecnológico vem orientando o desenvolvimento de padrões produtivos alternativos, fundamentados em princípios ecológicos para o manejo renovável dos recursos naturais: a agroecologia.

Os resultados alcançados por experiências inovadoras em todo o mundo permitem afirmar que o enfoque agroecológico propicia o aumento da produção e dos rendimentos sem que seja necessário o emprego dos insumos e equipamentos dos sistemas da Revolução Verde. Pelo contrário, são práticas que vêm se constituindo com base na valorização dos recursos locais, em particular da grande diversidade de espécies de plantas cultivadas e melhoradas pelos agricultores familiares. Essas experiências se realizaram, no mundo em desenvolvimento, em condições ambientais bem menos favoráveis do que aquelas em que prosperou o modelo da Revolução Verde. Por meio de pesquisas realizadas em todo mundo e compiladas pela Universidade de Sussex, constatou-se que o manejo agroecológico vem proporcionando aumentos médios de rendimentos da ordem de 100% e, nos casos mais avançados, quando sistemas agroecológicos mais completos e complexos foram analisados, chegaram à casa de 600%.

A combinação do aumento do número de agricultores familiares com o uso generalizado da agroecologia permitiria um incremento substancial na produção alimentar brasileira a custos mais baixos do que a dos sistemas agroquímicos adotados no agronegócio. A agricultura familiar já produz mais da metade dos alimentos consumidos no Brasil. Se seu número e produtividade também dobrarem, tal como indicam os resultados da pesquisa da Universidade de Sussex, em uma avaliação conservadora, a quantidade, qualidade e diversidade da oferta de alimentos poderia ampliar-se de forma mais que suficiente no país sem prejuízo da produção de excedentes exportáveis.

4 – Evidências dos resultados da adoção da agroecologia na segurança alimentar no Brasil

Os impactos da adoção da agroecologia na segurança alimentar não devem ser vistos como automáticos pois, apesar de aumentar e diversificar a produção agrícola, alimentar ou não, a agroecologia não garante que os produtos sejam bem remunerados, por exemplo, que os agricultores sejam capazes de conservar bem a sua produção para consumo próprio. Com efeito, as perdas de alimentos na estocagem são, muitas vezes, mais significativas do que aquelas provocadas por pragas e doenças na etapa produtiva. Mesmo assim, aumentou-se a produção e/ou, segundo os casos, minimizaram-se os riscos dos agricultores frente a variações climáticas. Finalmente, a agroecologia economiza naquele fator de produção mais escasso na agricultura familiar: o dinheiro para a compra de insumos necessários em um sistema convencional.

Os artigos desta revista cobrem uma grande diversidade de situações: do manejo de árvores nativas na Amazônia à agricultura urbana, passando por experiências no semi-árido que garantem maior segurança diante de condições ambientais adversas e de relações rural-urbanas na região Sul.

As experiências urbanas se dirigem à valorização de espaços limitados existentes em bairros e loteamentos onde residem populações socialmente marginalizadas para uma produção voltada ao autoconsumo, possibilitando o aumento da disponibilidade de alimentos e a diversificação da dieta das famílias. Além disso, o exercício da agricultura urbana vem permitindo que as famílias envolvidas fortaleçam seus laços de vida comunitária, condição indispensável para a emergência de estratégias coletivas para fazer frente aos riscos de insegurança alimentar e nutricional.

Aumentos e diversificação da produção, com efeitos imediatos tanto na melhoria da alimentação das famílias como no aumento da renda auferida pelos produtores, são aspectos ressaltados em outros relatos.

Nos casos da região semi-árida, destacam-se as pequenas infra-estruturas para a captação e o armazenamento de água, tanto para o consumo humano como para a produção agropecuária. Essas experiências chamam a atenção para um fato nem sempre ressaltado nos debates sobre segurança alimentar: a importância crucial da qualidade da água de beber, evitando doenças, como a diarreia, que limitam a absorção dos nutrientes disponíveis nos alimentos ingeridos. Por outro lado, sendo a água um fator ecológico crítico no semi-árido, as infra-estruturas de manejo hídrico, tais como as barragens subterrâneas, desempenham um papel central na intensificação, na diversificação e no aumento da segurança das atividades produtivas.

A questão das sementes é objeto de dois artigos da região Nordeste. A importância das variedades tradicionais não pode ser minimizada na produção agroecológica e, no semi-árido, as ameaças a sua conservação são muitas, desde as secas sucessivas até a concepção técnica e metodológica dos programas oficiais de distribuição de sementes, invariavelmente orientados para a substituição das variedades tradicionais por “melhoradas”. Os bancos ou casas de sementes, segundo a terminologia de cada lugar, não só representam reforços aos mecanismos tradicionais de conservação das variedades locais como também garantem o acesso a sementes de qualidade na hora certa para o plantio. Além disso, funcionam como importantes espaços para a promoção de processos organizativos nas comunidades rurais, favorecendo o desenvolvimento local e a segurança alimentar.

As experiências da região Sul aqui apresentadas apontam para a importância das estratégias de acesso aos mercados de forma a favorecer as práticas agroecológicas de segurança alimentar. Um dos relatos mostra o papel desempenhado pelas feiras locais e as formas de organização adotadas pelos produtores para explorar esses espaços de comercialização. O segundo, refere-se a uma nova e importante dimensão da política pública de segurança alimentar através do Programa Fome Zero e do Programa de Compra Antecipada de Alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Essa experiência, na região de Pelotas (RS), comprova que a organização da sociedade civil, tanto no campo quanto na cidade, com apoio de governos locais e federal, é essencial no enfrentamento da questão da fome.

Em vários artigos fica evidente que um dos primeiros resultados dos programas de promoção da agroecologia é o aumento e a diversificação do consumo familiar de alimentos a partir da produção própria. Longe de representar uma volta ao passado, o auto-abastecimento tem efeitos significativos na qualidade da alimentação da família, já que os produtos comprados, cada vez mais industrializados, são um dos fatores de queda da qualidade nutricional da dieta. Com os projetos da agroecologia as famílias passam a se alimentar mais e melhor e a gastar menos com compras de alimentos. É claro que um projeto de produção agroecológica, por si só, não é garantia de sucesso. Há questões culturais envolvidas nos (maus) hábitos alimentares adquiridos, sobretudo entre os jovens. No entanto, a possibilidade material de ampliar e diversificar a produção alimentar é o ponto de partida para que a dieta das famílias possa ser efetivamente melhorada, através de processos educativos.

Os artigos abordam também os métodos utilizados para promover o modelo agroecológico e a segurança alimentar, destacando-se os aspectos de participação das famílias agricultoras junto com os assessores dos programas de desenvolvimento local. Em alguns deles a questão da comunicação evidencia como o uso de manifestações culturais pode ser de grande valia na divulgação das experiências locais.

Algumas das experiências relatadas tiveram apoio financeiro de programas oficiais para a implementação de práticas de segurança alimentar e de agroecologia. No entanto, muito fica por dizer sobre políticas governamentais que atuem efetivamente nesse sentido. Questões relacionadas aos programas de crédito rural, assistência técnica, pesquisa, capacitação, educação, mercado etc, são de fundamental importância para o enfrentamento das causas estruturais geradoras da fome e da desnutrição no país. Porém, apesar do esforço de consultas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) às organizações da sociedade civil, o “Governo Popular” ainda padece da influência de políticas convencionais que mantêm os padrões de desenvolvimento agrícola em formas insustentáveis e que contribuem para os problemas da insegurança alimentar no campo e nas cidades.

**Coordenador do Programa de Políticas Públicas da AS-PTA, membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF/MDA) e ex-membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA/MDS).
aspta@aspta.org.br*

Referências:

LAPPÉ, F.M.; COLLINS, J.; ROSSET, P. **World Hunger: twelve myths**. New York: Food First, 1998.
IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares**. Rio de Janeiro, 2003.